PAUTA
PARA A 17ª SESSÃO ORDINÁRIA DO PERÍODO ADICIONAL À 4ª SESSÃO DA 16ª LEGISLATURA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2011

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 37, de 2011, de autoria do deputado José Bittencourt. Declara de utilidade pública a "Associação de Moradores do Bairro Jardim Esperança", em Santa Lúcia.

2 - Moção nº 2, de 2011, de autoria do deputado José Bittencourt. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para que o Projeto de Lei nº 166, de 2010, que dispõe sobre o novo código civil brasileiro, não seja aprovado.

3 - Moção nº 3, de 2011, de autoria do deputado José Bittencourt. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para que o Projeto de Lei Complementar 591, de 2010, seja desarquivado e aprovado, ampliando o teto de faturamento para a adesão do Simples Nacional.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 4, de 2011, de autoria do deputado Hélio Nishimoto. Cria a Aglomeração Urbana da Região de São José dos Campos.

2 - Projeto de lei nº 31, de 2011, de autoria do Sr. Governador. Autoriza a Fazenda do Estado a alienar, mediante doação, ao Município de Várzea Paulista, o imóvel que especifica.

3 - Projeto de lei nº 32, de 2011, de autoria da deputada Beth Sahão. Dispõe sobre a criação de linha de crédito especial para aquisição de instrumentos musicais pelos músicos.

4 - Projeto de lei nº 33, de 2011, de autoria do deputado Corauci Sobrinho. Autoriza o Poder Executivo a transferir para a União todo o patrimônio e a administração do Aeroporto Leite Lopes, em Ribeirão Preto.

5 - Projeto de lei nº 34, de 2011, de autoria do deputado Pedro Tobias. Dá a denominação de "Vereador Afid Miguel Aude" ao trevo localizado no km 372 da Rodovia Cezário José de Castilho - SP 321, em Arealva.

6 - Projeto de lei nº 35, de 2011, de autoria do deputado Orlando Morando. Dispõe sobre a fixação de crucifixo em estabelecimentos de ensino.

7 - Projeto de lei nº 36, de 2011, de autoria do deputado Geraldo Vinholi. Declara de utilidade pública a "Associação Voluntária de Combate ao Câncer - AVCC", em Catanduva.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 25, de 2011, de autoria do deputado Roberto Massafera. Altera a Lei n.º 6.544, de 1989, que dispõe sobre o estatuto jurídico das licitações e contratos pertinentes a obras, serviços, compras, alienações, concessões e locações no âmbito da Adminsitração Centralizada e Autárquica e revoga o Decreto n.º 55.938, de 2010.

2 - Projeto de lei nº 26, de 2011, de autoria da deputada Beth Sahão. Determina que, no mínimo, 10% (dez por cento) das vagas das empresas, com fins lucrativos, que forem beneficiadas por incentivo ou isenção fiscal outorgado pelo Estado deve ser reservado ao primeiro emprego.

3 - Projeto de lei nº 27, de 2011, de autoria do deputado Mauro Bragato. Declara de utilidade pública a "Associação dos Servidores Públicos Municipais de Adamantina - ASPUMA", naquele Município.

4 - Projeto de lei nº 28, de 2011, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Declara de utilidade pública o "Lar Vicentino", em São Sebastião.

5 - Projeto de lei nº 29, de 2011, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Declara de utilidade pública a "Sociedade Assistencial Ampara Brasil - SAAB", em Arujá.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 22, de 2011, de autoria do deputado Olímpio Gomes. Declara de utilidade pública a "Comunidade Missionária de Villaregia - COMI", em Embu-Guaçu.

2 - Projeto de lei nº 23, de 2011, de autoria do deputado Donisete Braga. Proíbe a exposição das embalagens de cigarros e assemelhados nos pontos de venda.

3 - Projeto de lei nº 24, de 2011, de autoria do deputado Rogério Nogueira. Dá a denominação de "Benedicto Amstalden" ao viaduto localizado no km 62 da Rodovia SP 075, que liga o Bairro Helvetia a Indaiatuba, naquele Município.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o parágrafo único do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 400, de 2005, de autoria do deputado Edson Gomes. Dá a denominação de "Fernando Sisto" ao pontilhão localizado no km 554,100 da Rodovia Euclides da Cunha - SP320, em Fernandópolis.

2 - Projeto de lei nº 568, de 2005, de autoria do deputado Valdomiro Lopes. Dá a denominação de "Gabriel Jabur" ao viaduto localizado na altura do km 516, da Rodovia Euclides da Cunha - SP 320, em Votuporanga.

3 - Projeto de lei nº 280, de 2006, de autoria do deputado Said Mourad. Dá a denominação de "Ana Maria Campos de Oliveira" ao viaduto localizado no km 45,5 da SP-270, Rodovia Raposo Tavares, em Vargem Grande Paulista.

4 - Projeto de lei nº 418, de 2006, de autoria do deputado Duarte Nogueira. Dá a denominação de "Reynaldo Thomaz Setti" à marginal leste entre os quilômetros 311 e 314 da SP-322 - Rodovia Prefeito Antonio Duarte Nogueira, em Ribeirão Preto.

5 - Projeto de lei nº 22, de 2010, de autoria do deputado Campos Machado. Declara de utilidade pública o "Centro de Recuperação do Alcoólatra" - CEREA, em Viradouro.

6 - Projeto de lei nº 75, de 2010, de autoria do deputado Luciano Batista. Declara de utilidade pública o "Círculo de Amigos do Menor Patrulheiro do

Jardim Rio Branco - CAMP", em São Vicente.

7 - Projeto de lei nº 375, de 2010, de autoria do deputado Vicente Cândido. Declara de utilidade pública a "Associação Amigos de Nova Veneza - SANOVA", em Sumaré.

8 - Projeto de lei nº 415, de 2010, de autoria do deputado Campos Machado. Declara de utilidade pública a "Associação Projeto Viva", em Lorena.

9 - Projeto de lei nº 489, de 2010, de autoria do deputado Rafael Silva. Declara de utilidade pública a "Fraternidade Espírita Caminho da Luz", em São Paulo.

10 - Projeto de lei nº 536, de 2010, de autoria do deputado Baleia Rossi. Declara de utilidade pública o "Instituto Tortuga, Pela Valorização do Cidadão", em Mairinque.

11 - Projeto de lei nº 642, de 2010, de autoria do deputado Antonio Mentor. Declara de utilidade pública a "Associação Assistencial Miguel Arcanjo da Silva - CAEMAS II", em Pitangueiras.

12 - Projeto de lei nº 663, de 2010, de autoria do deputado Celso Giglio. Declara de utilidade pública a "Juventude Cívica de Osasco - JUCO", naquele Município.

13 - Projeto de lei nº 665, de 2010, de autoria do deputado Pedro Tobias. Declara de utilidade pública a "AELESAB - Programas de Integração e Assistência à Criança e ao Adolescente", em Bauru.

14 - Projeto de lei nº 685, de 2010, de autoria do deputado Mauro Bragato. Declara de utilidade pública a "Associação Beneficente de Amparo a Terceira Idade - Asilo Madre Paulina", em Pedra Bela.

15 - Projeto de lei nº 686, de 2010, de autoria do deputado Carlinhos Almeida. Declara de utilidade pública a "Associação Educacional para Crianças Especiais Bem-Te-Vi", em São José dos Campos.

16 - Projeto de lei nº 718, de 2010, de autoria do deputado Roberto Engler. Declara de utilidade pública o "Fraterno Auxílio Cristão da Cidade de Ribeirão Preto - FAC", naquele Município.

17 - Projeto de lei nº 742, de 2010, de autoria do deputado Vitor Sapienza. Declara de utilidade pública o "Núcleo da Terceira Idade de Boituva"- NUTI,

naquele Município.

18 - Projeto de lei nº 755, de 2010, de autoria do deputado Afonso Lobato. Declara de utilidade pública a "Vila São Vicente de Paulo", em Piquete.

19 - Projeto de lei nº 763, de 2010, de autoria do deputado Bruno Covas. Declara de utilidade pública a associação "Reprolatina Soluções Inovadoras em Saúde Sexual e Reprodutiva", em Campinas.

20 - Projeto de lei nº 777, de 2010, de autoria do deputado Rodolfo Costa e Silva. Declara de utilidade pública a "Associação Amigos de Pacientes Egressos de Hospitais Psiquiátricos do Município de Tupã", naquele Município.

21 - Moção nº 70, de 2010, de autoria do deputado Waldir Agnello. Apela para o Sr. Presidente do Congresso Nacional para que, através dos órgãos competentes, apresente propositura que restabeleça no Código Penal Brasileiro, de maneira diferenciada, em artigos distintos, os crimes de "estupro" e "atentado violento ao pudor", a fim de que a tipificação de cada crime evidencie a real conduta do agente infrator da lei no crime correspondido.